

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 103

Período: de 15/11/03 a 21/10/03

Franca – Brasil

- 1 - Ampliação do Conselho de Segurança e a candidatura do Brasil como membro permanente foi mencionado por ministro brasileiro na Cúpula Ibero-americana
- 2 - Atividade e concentração das Forças Armadas aumentou e continuará aumentando na região amazônica
- 3 - Investigações sobre acidente com o Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) terão prazo prorrogado
- 4 - Coluna trata da transferência de investimento e tecnologia na licitação dos caças da Aeronáutica
- 5 - Revisão do passado I
- 6 – Revisão do passado II
- 7 - Brasil desenvolve capacidade de combate ao bioterrorismo
- 8 - Colunas discutem defesa da Amazônia
- 9 - As Forças Armadas e o combate ao crime

Ampliação do Conselho de Segurança e a candidatura do Brasil como membro permanente foi mencionado por ministro brasileiro na Cúpula Ibero-americana

No dia 15, por ocasião do fim da 13ª Cúpula Ibero-americana, que reuniu países da América Latina, Portugal e Espanha, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim declarou que o fato de o Secretário-geral Kofi Annan apoiar o grupo de reflexão sobre a reforma é um indicativo de que o Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) realmente pode ser ampliado nos próximos anos, e que o Brasil é forte candidato a um assento permanente. Também no documento que foi emitido da reunião, chamado de “Declaração de Santa Cruz”, consta que o CS deve atentar "para a manutenção da paz e da segurança" no mundo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 16/11/03)

Atividade e concentração das Forças Armadas aumentou e continuará aumentando na região amazônica

Segundo o *Jornal do Brasil*, estudos realizados pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme), no Rio de Janeiro, mostram a necessidade de haver uma discussão a respeito de uma integração militar entre os países da América do Sul. Segundo o coordenador do Centro de Estudos de Direito Militar (Cesdim), João Rodrigues Arruda, diversas operações militares têm acontecido com integração de outros países nas fronteiras do Brasil. Em 2001 e 2002, Brasil e Argentina realizaram o exercício Laço Forte, e juntamente com Chile e França fizeram parte do quadro estratégico da manobra Cruzeiro do Sul, também em 2002. Pelo menos 25 manobras em diversas áreas de fronteira e centrais do País foram desenvolvidas nos últimos três anos. Em junho a Operação Timbó possibilitou uma atuação combinada da Marinha, do Exército e da Força Aérea, tendo como objetivo principal a proteção da Amazônia brasileira, agindo de maneira combinada. Além disso, foi lembrada pelo jornal uma reunião ocorrida na Escola Superior de Guerra em 2002, quando especialistas em defesa traçaram um plano estratégico para o Atlântico

Sul. Segundo eles, o Brasil deverá, por meio de atividades militares e incremento do comércio com a África, consolidar sua presença na região, que acabariam por garantir também os interesses brasileiros em relação ao continente antártico. As metas no campo estratégico superam o tempo de um governo, e englobam a formação de uma Zona de Paz e da Cooperação do Atlântico Sul, o fortalecimento do comércio exterior, o incremento do poder marítimo e a reestruturação dos aparelhos da Força Aérea Brasileira. Em conjunto com esses aspectos, o plano prevê a conclusão do satélite de comunicações e incentivo para a solução pacífica da disputa pelas Ilhas Malvinas. (Jornal do Brasil – Brasil – 16/11/03)

Investigações sobre acidente do projeto VSL-1 terão prazo prorrogado

As investigações do acidente ocorrido com o Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) na Base de Alcântara (Estado do Maranhão) estão perto do fim, mas provavelmente terão o prazo de entrega do laudo final prorrogado. O que mais toma tempo das comissões é a verificação de hipóteses, que tentam descobrir o que ocasionou a descarga elétrica que iniciou o incêndio. (Folha de S. Paulo – Ciência – 17/11/03)

Coluna trata da transferência de investimento e tecnologia na licitação dos caças da Aeronáutica

Na coluna "Opinião" do jornal *Folha de São Paulo*, Antônio Delfim Neto discutiu a relação entre investimento direto estrangeiro (IDE), os *offsets* e a licitação dos caças da Aeronáutica. Para ele, as análises empíricas mostram que os efeitos do investimento direto estrangeiro (IDE) sobre a economia dos países recipientes é o mais importante instrumento de transferência de tecnologia. A vantagem desse tipo de investimento está em sua capacidade de influir sobre o PIB mais fortemente que os investimentos nacionais e pela capacidade de produzir uma melhora na produtividade capaz de ser aproveitada pela qualidade de mão-de-obra já existente ou que possa ser preparada e treinada em prazo relativamente curto a custos compatíveis. Segundo Delfim Neto, essas considerações são relevantes no momento em que o governo brasileiro estuda como ampliar e melhorar o equipamento da Aeronáutica, que ao longo dos últimos dez anos, juntamente com a Marinha e o Exército, foi sucateada pela falta de uma visão estratégica mais realista. O economista pondera que o governo se prepara para autorizar uma importante compra de aviões sofisticados para treinar adequadamente os militares e aumentar a sua capacidade de ação, e que a operação envolverá um crédito de longo prazo, que onerará o Orçamento anual por aproximadamente dez anos e que produzirá um aumento imediato do endividamento externo. Contudo, conclui Delfim Neto, financiamentos dessa natureza são sempre acompanhados pelo que se chama de *offsets*, isto é, "compensações" que reduzem o custo social do investimento. Tais compensações devem ser de natureza duradoura. Para tanto devem alterar a geometria do espaço da produção, criar empregos no país comprador e produzir uma elevação permanente da capacidade produtiva do país que eleve o grau de sofisticação da indústria local. (Folha de São Paulo – Opinião – 19/11/03)

Revisão do passado I

O chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, afirmou acreditar que a maioria dos mortos na Guerrilha do Araguaia tenha sido executada após a prisão. Dirceu fez a declaração ao receber Antônio Castiglia, irmão de Líbero Castiglia, morto no Araguaia, em 1973. Antônio veio ao Brasil tentar resgatar os restos mortais do irmão. Dirceu integra a comissão interministerial encarregada de analisar e resgatar documentos da guerrilha. O deputado Jamil Murad (PC do B-SP) participou da reunião e relatou a conclusão do ministro sobre como transcorreu o confronto. A pesquisadora Myriam Luiz Alves, que estava presente à reunião, disse que a observação de Dirceu surpreendeu os participantes do encontro, entre eles um sobrevivente da guerrilha, Michéas Gomes de Almeida, conhecido como Zezinho do Araguaia. Jamil Murad e Myriam há anos acompanham as famílias de mortos e desaparecidos no Araguaia. Para o deputado, as declarações do ministro são novidade. De acordo com Myriam, havia dúvidas quanto ao número real de guerrilheiros mortos após a prisão. Murad afirmou ainda que “o deputado sabe o que fala. Não posso imaginar que não tenha elementos para sustentar isso”. (Jornal do Brasil – Brasil – 20/11/03)

Revisão do passado II

Em coluna criticando a atitude do governo federal em relação aos aposentados da Previdência Social, a jornalista Dora Kramer cita o caso dos anistiados políticos como um exemplo do descaso e da ineficiência estatal em fazer cumprir os direitos coletivos. A jornalista afirma que [aposentados e anistiados] “são vítimas da determinação governamental de não pagar (...) o que deve aos cidadãos, que são, por isso, punidos”. Para Dora Kramer, o atual governo herdou do anterior o descaso pelos anistiados, fazendo com que estes continuem sem receber as indenizações. Segundo ela, os burocratas dos ministérios da Justiça e Planejamento – responsáveis pela liberação dos fundos para os pagamentos – “agem como se essa questão da anistia já fosse um assunto vencido e seus burocratas se comportam como se os beneficiados não estivessem na posse de seus direitos e formassem apenas um grupo de pedintes a aborrecer as contas públicas”. E acrescenta um dado: “desde novembro do ano passado, 1.500 processos de indenização estão no Ministério da Previdência, tecnicamente prontos para serem remetidos ao Ministério da Justiça”. A mesma coluna informou que a comissão de anistiados se encontra com o presidente da República na sexta-feira (21). O grupo deseja saber qual é a posição do governo sobre o pagamento das indenizações e o cumprimento de um acordo de redução de 60% nos valores originais, e cobrará do presidente a liberação do dinheiro. Na segunda-feira (24), os deputados Luiz Eduardo Greenhalgh, Aloisio Nunes Ferreira, Antônio Carlos Magalhães Neto, Sigmaringa Seixas e Inaldo Leitão tratarão do mesmo assunto numa reunião com os ministros da Justiça, Fazenda, Planejamento, Casa Civil e Defesa. (Jornal do Brasil – Colunas – Coisas da política – Dora Kramer – 20/11/03; O Estado de S.Paulo – Colunistas – idem – 20/11/03)

Brasil desenvolve capacidade de combate ao bioterrorismo

A coluna do jornalista Ricardo Boechat informou que até março do ano que vem o Brasil terá seis sofisticados centros de controle de doenças, com capacidade para combater até mesmo o bioterrorismo. De acordo com a

coluna, as duas primeiras unidades entram em operação ainda este ano: uma fica no Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, e a outra no do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, em Pernambuco. (Jornal do Brasil – Colunas – Boechat – 20/11/03)

Colunas discutem defesa da Amazônia

Coluna do embaixador e diplomata aposentado Antônio Amaral De Sampaio comentou os planos das Forças Armadas brasileiras de reforçar a presença destas na Amazônia. Segundo Sampaio, dificuldades financeiras, irreais ou não, têm impedido que a região “receba do governo federal a atenção merecida”. O embaixador acusa a ausência do problema da proteção à Amazônia no debate das “magnas questões nacionais”, defendendo uma mudança de atitude, “pois, caso contrário, incide o País no risco de perder o domínio da área, colocada sob controle internacional, sob a esfarrapada desculpa do imperativo da preservação do meio ambiente e da cultura das populações nativas”. Sampaio enumera ainda outros problemas que afetam a região, demandando o cuidado brasileiro com a Amazônia: a crise na vizinha Colômbia – o narcotráfico, a guerrilha e a ameaça de “forças alienígenas” intervirem na fronteira – e a “inospitalidade” do clima local, criando dificuldades para o estabelecimento militar na área. A coluna aponta como positivo o apoio financeiro do governo ao Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e afirma a necessidade do seu pleno cumprimento, bem como a revigoração do Projeto Calha Norte e a criação de mais Batalhões de Infantaria da Selva. O ex-diplomata defendeu que “igualmente se aumente o número de unidades de Fuzileiros Navais encarregadas de controlar a rede fluvial, de sorte a obstar a ação do narcotráfico em demanda dos mercados do Hemisfério Norte e também controlar a ação dos falsos missionários alienígenas”. A defesa da Amazônia também é tema de coluna do arquiteto Oscar Niemeyer, um dos criadores da capital do País, Brasília. Niemeyer, mesclando ficção e realidade, literatura e história, analisa a questão da guerrilha colombiana, cuja resolução, segundo ele, passa por “levar em conta que [aquela] representa as camadas populares mais sofridas daquele país, uma luta que se mantém há mais de 40 anos contra a miséria e a desigualdade social inconcebíveis em que vivem”. Contando a história do personagem Lucas (um comunista que continua a lutar sozinho por seus ideais políticos), Niemeyer advoga a necessidade da defesa da Amazônia, principalmente de iniciativas que possam implicar perda do poder e da soberania brasileira na região: “pelas notícias divulgadas na imprensa, constata-se que a Colômbia é considerada o provável trampolim para uma intervenção dos EUA na Amazônia e que a forma de impedi-la começa a ser discutida”. O desfecho da história – e da matéria – vem em tom de advertência: “de um golpe, os norte-americanos liquidariam a guerrilha – isto é, o povo colombiano que há anos luta por uma vida melhor – fortalecendo assim o governo de direita, impopular e inseqüente, para alcançar o velho objetivo de invadir a Amazônia”. E conclui: “é claro que o problema é complexo e exige reflexão. Mas a intuição me domina e, certo ou errado, sinto-me obrigado a ser coerente com que escrevi”. (O Estado de S. Paulo – Colunistas – Antônio Amaral de Sampaio – 20/11/03; Folha de S. Paulo – Opinião – 21/11/03)

As Forças Armadas e o combate ao crime

A coluna de Boechat da sexta-feira (21) informou o lançamento do livro *A crise da lei e da ordem*, no próximo dia 4, de autoria do general Eduardo Ramalho, subcomandante da Escola Superior de Guerra. De acordo com a nota, na obra, o general Ramalho defende o emprego das Forças Armadas no combate à criminalidade. Boechat afirma que Ramalho é o oficial de mais alta patente “a abraçar, até hoje, a polêmica posição”. (Jornal do Brasil – Colunas – Boechat – 21/11/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, (bolsista FAPESP), Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic), e Leonardo Dall'Evedove (bolsista Reitoria/Unesp), e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.